



Boletim Informativo

**Núcleo de Defesa dos Direitos
Humanos**

Novembro/2021



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

NUDDH

NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DA DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL

APRESENTAÇÃO

Encaminhamos a edição do mês de novembro de 2021 do nosso Boletim Informativo, na qual constam notícias, novidades legislativas e decisões jurisprudenciais recentes, em matéria de direitos humanos, as quais podem auxiliar no nosso trabalho.

Aproveitamos para nos colocar à disposição para apoio e intercâmbio de informações.

Boa Leitura.

*Anna Carolina Meira Ramos
Dirigente do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NUDDH)*

SUMÁRIO

4 JURISPRUDÊNCIA

5 NOVIDADES LEGISLATIVAS

6 NOTÍCIAS

9 ATUAÇÃO EM DIREITOS

HUMANOS

JURISPRUDÊNCIA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)

Estrangeiro em condição de hipossuficiência e taxas de regularização migratória

No julgamento do Recurso Extraordinário 1018911/RR, o Plenário do STF, por unanimidade, apreciando o tema 988 da repercussão geral, fixou a seguinte tese: “É imune ao pagamento de taxas para registro da regularização migratória o estrangeiro que demonstre sua condição de hipossuficiente, nos termos da legislação de regência”.

Leia +

Imprescritibilidade do crime de injúria racial

No julgamento do HC 154248/DF, o Plenário do STF firmou entendimento de que, sendo espécie do gênero racismo, o crime de injúria racial é imprescritível.

Leia +

Extradição - Pacote Anticrime e irretroatividade da lei penal mais gravosa

Em julgamento de extradição, a Primeira Turma do STF, por unanimidade, deferiu pedido de extradição por estarem presentes os requisitos legais e, por maioria, fixou o entendimento de que os fatos incriminados que sejam investigados, anteriores a 24 de dezembro de 2019, impõem, para fins de extradição, o compromisso do Estado estrangeiro em estabelecer o cumprimento de pena máxima de 30 anos para o extraditando.

Leia +

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Decreto nº 10.860/2021

Delega ao Ministro de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos as competências referentes ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e ao Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Leia +

Lei nº 14.245/2021

Altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer).

Leia +

NOTÍCIAS

Relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) revela que uma a cada dez crianças no mundo vive com alguma deficiência.

Leia +

Indígenas brasileiros e ribeirinhos terão atendimento médico permanente realizado em parceria pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), Secretaria Municipal de Saúde (Semsu) e outros parceiros da comunidade em área indígena urbana de Manaus, considerada uma das maiores do Brasil.

Leia +

No dia 29 de novembro, Dia Internacional das Mulheres Defensoras de Direitos Humanos, ONU realizou evento online com debate sobre a atuação de defensoras de direitos humanos e do meio ambiente.

Leia +

INSS concede salário-maternidade à mãe não gestante em união homoafetiva.

Leia +

A União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas) ajuizou ação direta de inconstitucionalidade, pedindo ao Supremo Tribunal Federal a suspensão dos efeitos da Lei n.º 11.782/2020, do Estado da Paraíba, que obriga as operadoras de saúde a assegurar atendimento integral às pessoas com deficiência, conforme prescrição médica.

Leia +

Shopping que impediu exposição de fotos de casal homossexual é condenado a pagar indenização.

Leia +

Justiça condena o Estado do Amazonas a indenizar, por dano moral, os pais de um jovem de 21 anos morto durante rebelião em presídio de Manaus.

Leia +

Homem é condenado por injúria racial contra funcionários do metrô de São Paulo.

Leia +

Em ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO), o Ministério Público Federal postula a criação de lei que estabeleça a pena de reclusão para quem cometer o crime de racismo ao incluir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia no recrutamento para vagas de empregos, cujas atividades não justifiquem essas exigências.

Leia +

Presos que cumprem pena em presídio superlotado de Porto Alegre vão ter pena contada em dobro por estarem sob condições degradantes e desumanas, seguindo jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Leia +

Decisão de ministro do STJ mantém prova de redação do Enem a pessoas com deficiência.

Leia +

Empresa de cruzeiros é condenada por exigir teste de HIV para contratação de garçom.

Leia +

Plenário do Senado aprova projeto de lei que equipara injúria racial ao crime de racismo.

Leia +

Justiça condena três pessoas por trabalho análogo à escravidão em Cruzeiro (SP).

Leia +

Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprova recomendação para que varas de execução criminal e de execução de medidas socioeducativas garantam assistência religiosa em todos os estabelecimentos prisionais.

Leia +

TRF-4 decide que terreno localizado em terras quilombolas pode ser objeto de usucapião se não tem finalidade pública e se a comunidade residente na região concorda com sua cessão.

Leia +

Mercado é condenado por discriminar mulher trans pelo uso de banheiro feminino.

Leia +

CNJ aprova recomendação que visa a estimular práticas inclusivas e o respeito aos direitos humanos nas contratações de serviços de segurança privada pelo Poder Judiciário.

Leia +

Transexual pode se aposentar preenchendo os requisitos de acordo com o sexo que se identifica.

Leia +

ATUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS



PRIMEIRO MUTIRÃO DA DPE/RS SOBRE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NÃO BINÁRIAS É REALIZADO EM PORTO ALEGRE

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul realizou no dia 12 de novembro, no Largo Glênio Peres, o primeiro mutirão de educação em direitos e orientação jurídica, com foco na retificação do registro civil de pessoas não binárias. A atividade contou com a participação do Núcleo de

Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria (NUDDH), da Defensoria Itinerante e da 12ª Defensoria Pública Especializada em Ajuizamento de Porto Alegre.

Leia +



DPE/RS REALIZA SEMINÁRIO ABERTO ALUSIVO AO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, através do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NUDDH) e do Centro de Estudos, de Capacitação e de Aperfeiçoamento da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (CECADEP), realizou, no dia 19 de novembro, Seminário aberto ao público intitulado “Antirracismo em uma Década de Estatuto da Igualdade Racial”. O evento foi alusivo ao Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado no dia 20 de novembro.

Leia +

DEFENSORES PÚBLICOS PALESTRAM EM SEMINÁRIO SOBRE LIBERDADE MONITORADA E DIREITOS HUMANOS

A defensora pública dirigente do Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP), Cíntia Luzzato, e o defensor público dirigente do Núcleo de Defesa Criminal (Nudecrim), Andrey Régis de Melo, participaram como palestrantes no seminário sobre liberdade monitorada e direitos humanos, organizado pela Secretaria de Justiça e Sistema Penal e Socioeducativo (SJSPS) em parceria com a Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), por intermédio da Escola do Serviço Penitenciário. O evento ocorreu nos dias 11 e 12 de novembro, no Teatro da PUCRS e na modalidade online.

Leia +

DPE/RS LANÇA REVISTA ESPECIAL SOBRE CASO CARREFOUR



O Centro de Estudos, de Capacitação e de Aperfeiçoamento da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (CECADEP/RS) lançou uma edição especial da Revista da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, com enfoque no “Caso Carrefour”. São 300 páginas discorrendo sobre a atuação do órgão no caso envolvendo o assassinato de João Alberto Silveira Freitas, homem negro, que foi morto nas dependências de uma unidade do supermercado Carrefour, na zona norte de Porto Alegre.

São seis artigos falando sobre o crime, suas raízes e repercussões, os motivos e o desenvolvimento da responsabilização jurídica. Os artigos foram assinados pelos defensores públicos Aline Palermo Guimarães, Ana Carolina Sampaio Pinheiro de Castro

Zacher, Andrey Régis de Melo, Arion Escorsin de Godoy, Domingos Barroso da Costa, Eduardo Pereira Lima Zanini, Fabrício Azevedo de Souza e Rafael Pedro Magagnin, e o servidor público Veyzon Campos Muniz.

Acesse a Revista aqui

A PEDIDO DA DPE, PRESOS TERÃO TEMPO DE CUMPRIMENTO DE PENA REDUZIDO

A 1ª Vara de Execuções Criminais do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) determinou, em decisão proferida no dia 23 de novembro, que detentos da Cadeia Pública de Porto Alegre tenham tempo de cumprimento de pena reduzido devido à superlotação e às condições “degradantes e desumanas” do local. A determinação da juíza Sonáli da Cruz Zluhan atende ao pedido realizado pelos defensores públicos que atuam na área de Execução Penal da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), seguindo jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que, em 2018, determinou que cada dia de pena cumprido no Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho, do Complexo de Gericinó em Bangu no Rio de Janeiro, fosse contabilizado em dobro para todos os presos.

Leia +

Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos - NUDDH -

Dirigente Aline Palermo Guimarães

Subdirigente Anna Carolina Meira Ramos (Dirigente em exercício)

Integrantes do Núcleo

Gizane Mendina Rodrigues

Rodrigo dos Santos Ribeiro

Rodrigo Vazatta

Simone Tatiana Pfuller Lisboa

Thales Vieira dos Santos

Texto elaborado por Adrian Abi Tapada – Analista Processual

Projeto Gráfico e Diagramação: Ascom - DPE/RS